

Seminário Socioeconômico de Santa Catarina

Documento Básico

1. UMA VISÃO GLOBAL

A Federação das Indústrias de Santa Catarina, no exercício de seu indeclinável dever de velar pelos interesses da classe industrial, vem de longa data tomando conhecimento ativo e crítico do processo cultural brasileiro em seus aspectos globais.

Os estudos e análises a que se viu obrigada a realizar sob este aspecto, muito cedo levaram-na a reconhecer que a visão particularista dos problemas industriais não apresentava sequer para a indústria a solução satisfatória, ainda que racional e lógica.

Antes, o próprio equacionamento adequado do processo de industrialização, estaria na dependência de um projeto global econômico e social do Brasil.

A acentuação da tendência política de transformação do regime de convivência da estrutura brasileira, a partir da rutura enérgica dos anos trintas, veio crescentemente revelando potencialidades antes insuspeitadas e que permitiram ao gênio inspirado do Presidente Kubitschek lançar em bases ideologicamente sólidas a grande arrancada econômica-cultural dos anos 60, que na sua originalidade ousada, certamente, marcará não só na nossa, mas na história da cultura ocidental, quando da descrição dos historiadores futuros, um modelo novo, fértil e inédito.

A consciência do processo brasileiro em formação, a noção da pesada e honrosa responsabilidade que deve caber ao setor industrial, a convicção de que a revolução profunda que se opera em nossa estrutura não contém nem deve conter violência ao espírito democrático que define e exalta, estavam a apontar o caminho certo do dever da FIESC: o exame criterioso, determinado e sistemático das características, contradições e dificuldades que marcam e definem o atual projeto de vida brasileiro.

Só assim, eliminados os preceitos negativistas e afastados os otimismo emocionais, num exame sistemático, despretenso e descomprometido de conclusões antecipadas, acredita a FIESC estar correspondendo à expectativa de seus associados e cumprindo seu dever para com o país.

2. O INSTRUMENTO: O SEMINÁRIO SÓCIOECONÔMICO

Vencendo com dificuldades os óbices decorrentes da disparidade de meios financeiros e técnicos e a magnitude dos problemas que se propusera, teve no apoio da Confederação Nacional da Indústria, lucidamente dirigida pelo industrial Lídio Lunardi, a oportunidade de executar a primeira meta de seu programa, em maior profundidade, com a realização deste Seminário Socioeconômico do Estado de Santa Catarina.

Aproveitou-se da oportunidade que a decisão da Confederação Nacional da Indústria de fazer levantamentos regionais, oferecia às Federações Filiadas e obteve dela não somente a prioridade para o estudo aqui levado a bom termo, como ainda a aceitação por parte de seus órgãos técnicos de novos métodos e processos adequados à realização de uma experiência inédita e original que contivesse num só tempo o levantamento das condições do Estado e a tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia do desenvolvimento econômico e cultural que caracteriza o processo brasileiro.

Esta foi, assim, a intenção que presidiu a realização deste Seminário que ora aqui se encerra formalmente, mas que deve representar a primeira fase de um processo mais longo e mais importante, qual seja o de reformulações sucessivas por parte da população de sua própria decisão consciente de levar até o fim o projeto de vida autônoma e de civilização ocidental do Brasil.

Não tem nem teve este trabalho a pretensão de apresentar uma fórmula ou um modelo perfeitos. Seria absurdo e ingênuo pretendê-lo. O que se procurou e se procura daqui para diante, no diálogo que se intentou criar, foi dar as condições necessárias a uma postura de compromisso com o Brasil, compromisso esse cuja tônica principal pode ser expressa na convicção de que só será válido o modelo efetivamente induzido do reconhecimento crítico da realidade e do diálogo que a população com esta realizar.

Alguns pontos, entretanto, devem desde já ser apontados, como as falhas e deficiências dos trabalhos pioneiros, e tentaremos sintetizá-los no desenrolar desta introdução, tendo por base o que nos foi dado observar e sentir nesta longa conversa de dez meses com a população catarinense.

3. POSSE DE UMA CONSCIÊNCIA AUTÊNTICA

Podemos afirmar em decorrência deste nosso diálogo, ter a população deste Estado consciência do processo brasileiro em marcha; da inevitável transformação do regime tradicional de subsistência de núcleos autônomos num sistema mais amplo de trocas, onde a especialização profissional e da produção são o meio adequado e exclusivo de promoção de bem-estar pessoal, familiar ou social; reconhece os caminhos que se oferecem para a realização plena do processo em marcha e se percebe com nitidez suficiente das dificuldades e sofrimentos a curto prazo que lhe são próprios; aceita com serenidade o desafio e se dispõe com determinação serena a enfrentá-lo, sem receio de fracassar na ascensão penosa para atingir o horizonte ilimitado de possibilidades onde a aspiração de criar e ser, exprima uma realidade para a totalidade dos que aqui nasceram ou escolheram esta terra como pátria.

Não é esta consciência um sonho, nem tampouco uma visão distante. A história dos povos mostra que mesmo em condições menos favoráveis foi possível a criação de nações fortes desde que, como aqui, seu povo se decida a realizá-la. Cada nação é, essencialmente, aquilo que seu povo deseja e intenta fazer.

Tomada a decisão, reconhecido o projeto em suas linhas mestras, analisadas suas dificuldades e possibilidades, nenhuma força pode mais detê-lo e então só conta o tempo – este, sim, mais longo ou mais curto, dependendo da soma e da harmonia dos esforços realizados.

4. PROJETO AUTÔNOMO DE VIDA

Ora, o Brasil, e no Brasil, nosso Estado, é dotado de condições excepcionalmente propícias à implantação de uma vida cultural e econômica privilegiadas.

Por certo, muitas dificuldades se apresentam à realização plena de projeto autônomo de vida, mas as vantagens imediatas e distantes são grandes e majestosas que justificam e enobrecem qualquer sacrifício pessoal, eis que nele próprio se exprime, pela obra a produzir, a plena realização da pessoa humana, princípio e fim da sociedade.

As circunstâncias históricas de nossa formação nos legaram uma situação colonial que nos obrigou por longos anos uma atitude alienada e de empréstimo. Não foi boa nem má, nem a ela se devem atribuir intenções menos nobres, foi o que foi dentro de um julgamento histórico impenetrável. Essa própria circunstância que nos legou problemas que hoje enfrentamos e que lhe são específicos, também nos deu, diversamente de outras nações, excelentes condições de estruturação social específica e própria. Se possuímos uma larga faixa de população marginal não temos, entretanto, problemas raciais ou preconceitos. Nossa sociedade se forma e se amálgama a partir de si mesma, numa extrema e salutar miscigenação.

5. UM DESAFIO E UMA RESPOSTA

O descompasso entre o crescimento excessivo da população - uma das taxas mais altas do mundo – e a adoção ou criação de tecnologia adequada, é sem sombra de dúvida, uma das grandes dificuldades que se apresentam ao nosso desenvolvimento econômico e cultural.

Mas essa primeira dificuldade pode e deve ser enfrentada com decisão. E o Brasil o vem fazendo pela ocupação oportuna de suas áreas desabitadas, pela implantação crescente de uma indústria que com certa lentidão natural adota e mesmo já cria a moderna tecnologia.

É impossível negar o progresso realizado nesse sentido, apesar das inevitáveis distorções e falhas de interpretação correta do problema. Essas falhas e distorções são próprias à complexidade do problema e às deficiências histórico-culturais de nossa estrutura nacional. Longe, porém, de representarem incapacidade e inércia, exprimem grande vitalidade de nação nos seus anseios de progresso, levando-a à ação enérgica e rápida, mais intuitiva que racional, e permitindo-lhe, já agora, vivida uma penosa e grande experiência empírica, refletir, a partir de seus próprios erros e acertos, sobre a necessidade de uma formulação global de seu projeto em termos ideológicos, de forma a permitir que as soluções locais e regionais se integrem racionalmente, atuando centro e periferias numa perfeita reciprocidade de perspectivas, acentuando assim, e reforçando, o sentido próprio do movimento que caracteriza a aspiração do protagonismo cultural do Brasil. As recentes eleições brasileiras, na aparente contradição que apresentam ao exame superficial, exprimem, na verdade, o sentido dessa aspiração. A aceitação calorosa das realizações ousadas são um fato inequívoco, como é inequívoco também, a exigência de que ao ousado se juntem planejamento, crítica e racionalização.

Assim é necessário que as elites responsáveis pela condução da coisa pública não apenas realizem, mas o façam a partir de um criterioso e contínuo exame dos projetos e se apercebem, corrigindo, das falhas e inadequações, numa procura ativa de respostas mais perfeitas.

6. NEM REPOUSO NEM MEDO: PRODUTIVIDADE E TRABALHO

No incremento rápido de nossa população está a base mesma do estabelecimento de um mercado interno e um poder de

consumo em ritmo acelerado de expansão. Este o pressuposto do próprio projeto intentado. Entretanto um crescimento rápido resulta a curto prazo, fatalmente num aumento relativo e absoluto dos grupos etários jovens, improdutivos por definição, altamente consumidores de bens terciários, aqueles que necessitam de alto investimento e de rentabilidade econômica direta a curto prazo geralmente baixa. Resulta daí que os grupos de produção se reduzem, na proporção direta do crescimento da população. É assim estritamente necessária uma compensação que se realizaria na alta produtividade. Esse parece ser o ponto principal e a que, infelizmente, não se tem dado a devida importância, talvez pelo não reconhecimento crítico do processo global. O próprio regime habitual entre nós de subvenções sistemáticas, longe de estimulá-la, se apresenta antes como fator negativo, suprimindo o estímulo ao adotar a margem artificial do lucro e afasta o investidor ou empresário da preocupação de economizar e bem combinar fatores de produção.

Não deve o Brasil perder esta noção, antes deve tê-la permanente na consciência de todos os que exercem qualquer tipo de atividade, seja em setores primários, secundários ou terciários, se quisermos como de fato levar avante nosso desenvolvimento em marcha.

Precisamos atentar bem para um fato da maior significação: o de que por mais produção que criemos e maior riqueza que produzamos, há sempre um ritmo maior de rateadores dessa produção e dessa riqueza.

E essa entrada permanente de novos elementos no regime efetivo de participação, ou seja, o ingresso no processo de populações marginais, são, por definição, a própria condição de vitalidade do projeto.

É, pois, necessário encaremos com seriedade, consciência e vontade esse dado que seria altamente desencorajador se não estivéssemos possuídos da convicção de que é necessário criar a partir de nosso próprio sacrifício as condições necessárias à estabilidade das gerações futuras e à sobrevivência da unidade da nação a que o destino nos vinculou. Não cabe no esforço brasileiro nem o repouso nem o medo. No panorama que se criou medo ou inércia são o próprio suicídio ou a sobrevivência escrava.

7. AÇÃO RECÍPROCA E CONJUNTA DOS GOVERNANTES E GOVERNADOS. PRESENÇA DO GOVERNO.

Mas é, por certo, extremamente estimulante o ter-se a consciência de estar na eminência e com a possibilidade de criar uma obra ou dela participar ativamente, transmitindo no futuro uma cultura nova e nobre. Mas para isso faz-se mister tomemos consciência da realidade corretamente, sentindo e vivendo o projeto nas suas perspectivas e nas suas dificuldades, todos, elite e povo, governantes e governados, estes limitando as reivindicações inoportunas e danosas, aqueles abdicando dos tradicionais processos demagógicos de concessões ou promessas impossíveis e impatrióticas.

Tampouco é visível a apropriação excessiva e injusta por parte de grupos do produto econômico e social da nação para uso suntuário: todo esforço de cada um deve ser dirigido no sentido de criar em melhores condições o que lhe couber produzir, obtendo o resultado que seu esforço e habilidade lhe permitam, abstendo-se da manipulação expropriatória.

Cumpra aos governos o estímulo da produção, como é sua tarefa coibir e evitar o abuso econômico, nacional ou estrangeiro, e cumpra ao povo a permanente fiscalização dos governos para que não se afastem, arditosa ou violentamente, dos rumos traçados e aceitos.

Essa reciprocidade de perspectivas em permanente interação não só representa a condição básica de viabilidade do projeto como, para melhor atuar e operar, precisa ser reconhecida em sua essencialidade.

Não basta que alguém saiba algo muito bem, antes torna-se imprescindível que todos conheçam com lucidez o que é essencial a uma reação harmônica e sinérgica por parte da nação, melhor dito, das pessoas que a compõem e mesmo lhe dão existência.

É essencial este ponto e importa sobremodo fixá-lo com segurança e lucidez. Inútil seria criar riquezas sem ter em conta esse fator de importância capital – o crescimento excessivamente rápido e necessário da população que se apresenta como uma das nossas maiores contradições. De um lado um projeto em que o mercado interno consumidor deve aumentar progressivamente como condição essencial de seu sucesso e viabilidade. De outro, a dificultá-lo, o aumento rápido e permanente da população, crescimento que se faz à custa de elementos jovens. Soma-se a isso a lentidão com que diminui a faixa periférica marginal, cujo avanço no processo se efetua com marchas e contramarchas, como no caso do Nordeste, dependente de variações imprevisíveis de condições atmosféricas. Entretanto, a condição essencial a um crescimento e certa estabilidade econômica parece depender da velocidade e intensidade com que forem desaparecendo do nosso processo os resíduos da velha ordem, marcada tipicamente, por uma alta porcentagem de população em regime estrito de subsistência. Quanto mais rápido for e mais completa a integração dos grupos nacionais no regime de mercado, seja no plano nacional seja no plano regional, mais rapidamente estruturaremos e melhoraremos nossa economia.

8. HARMONIA E EQUILÍBRIO ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA

As atividades produtoras devem se processar dentro de uma harmonia razoável a fim do que o processo de trocas se realize num plano de equilíbrio. Não pode haver uma indústria florescente e sadia sem que paralelamente se desenvolva uma agricultura racional e bem remunerada. Em países como o nosso de grande extensão territorial e grande população é o mercado interno a grande possibilidade de crescimento econômico estrutural. A indústria deve ser apoiada numa atividade agrícola compensadora e de boa produtividade. Isto representa de um lado a melhoria qualitativa dos níveis de vida, com aumento da renda per-capita; de outro exprime a possibilidade de absorção de mão de obra marginal ou subempregada, e criação de poder de compra crescente, que, num processo lógico, determinará um movimento acumulativo de sentido positivo autopulsor.

Dar suporte ao desenvolvimento industrial pode e deve, assim, corresponder, também, a uma assistência ampla e racional à agricultura e à pecuária, ou seja, às atividades primárias em geral.

9. A DEFICIÊNCIA BÁSICA DO ENSINO E SUA RECUPERAÇÃO

Surge aqui neste ponto de análise uma nova contradição que se exprime no descompasso dentro a demanda de mão de obra especializada que o processo exige e a deficiência básica do ensino.

Este continua a se processar num plano imobilista que resiste às efetivas transformações de nossa estrutura socioeconômicas.

Inútil pois seria qualquer programa de desenvolvimento que omitisse a prioridade alta a lhe ser atribuída nos diversos graus.

Urge, pois, dentro de uma ideia global atender ao problema educacional em profundidade, fugindo aos tratamentos tradicionais e superados, equacioná-lo dentro das necessidades típicas da região, capacitando as crianças a atender não apenas as atuais necessidades do grupo como as projeções antecipáveis dentro de perspectivas lúcidas e realistas.

Não deve ser a escola apenas um ambiente onde se ensina a ler, mas antes, a oportunidade ímpar de promoção social e cívica do indivíduo. Ativa e crítica não pode a escola a quem nela exercita um dever estar sujeito às contingências emocionais de disputas partidárias, menos ainda sujeita aos problemas conturbadores da insuficiência de meios.

O preparo adequado da mão de obra necessária, o preparo de técnicos nos diversos graus, o desenvolvimento da universidade e a cultura superior são requisitos básicos para o desenvolvimento, desde que sejam encarados sob seu verdadeiro aspecto qualitativo.

Não basta ensinar muito a muitos; é essencial que se ensine bem. Qualquer enunciado ainda que esquemático e incompleto da situação econômico-social seria inócuo se não nos detivéssemos em exame ainda que perfuntório de um aspecto que se nos afigura verdadeiramente importante - a postura ou atitude individual diante de sua coletividade.

10. OS DIÁLOGOS: PRIMEIROS RESULTADOS

É essencial ao bom desenvolvimento do processo brasileiro o reconhecimento de suas linhas e de suas limitações e possibilidade por parte da população que lhe dá efetiva existência. Não basta por parte dos cidadãos a aceitação dos planos e projetos; antes deve este conhecê-los em seus detalhes e fundamentos, tendo dos mesmos plena consciência crítica. Para isso e como condição mesma de sucesso devem os dirigentes pô-la a par de seus projetos, sem restrições ou reservas, discutindo-as amplamente em suas consequências, riscos e limitações, com a disposição de reformulá-lo, se necessário, frente a novos esclarecimentos resultantes de experiências locais ou alienígenas.

Cumprido ao povo, e por povo se entende cada pessoa de coletividade com experiências tomar parte na discussão, oferecendo sem restrição toda e qualquer sugestão do interesse ao esclarecimento melhor dos problemas.

Esse diálogo permanente dos dirigentes com o povo e de ambos com a realidade social será o melhor caminho para a eliminação dos óbices e distorções emocionais, causadores das falsas soluções, e origem do desencontro de forças que enfraquecem e mesmo anulam o progresso e o bem-estar.

Numa conjuntura onde a extensão e magnitude dos problemas são inversamente proporcionais aos recursos destinados à sua solução importa sobretudo o cuidadoso planejamento de aplicação, do cuidado e isenção com que se examinem os problemas e do critério seletivo das prioridades.

De outro lado, a legitimidade que o Seminário representa se exprime no fato auspicioso de que as populações submetidas a experiência, intentaram por mais de uma vez, resolver os seus problemas, segundo o esquema da iniciativa que ora toma o caminho final.

O documento que se segue e os trabalhos anexados que lhe deram suporte o origem, são o fruto do cuidadoso exame

por parte dos técnicos da CNI-FIESC, da população que compareceu às reuniões do Seminário, dos principais problemas estruturais do Estado com o objetivo de submeter à consideração dos convencionas presentes, uma tentativa de formulação de uma política global que situe Santa Catarina no seu esforço regional dentro do projeto desenvolvimentista do Brasil, e na expectativa de que o governo federal, se associe e estimule o esforço, a boa vontade e o anseio de unidade nacional que ora se extravasa, nesta reunião, do coração mas, principalmente, da consciência cívica do povo CATARINENSE.

Florianópolis, 3/5 de dezembro de 1960

Celso Ramos